

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 14 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Resolução.

Seja $x = EF$, logo $FB = x + 1$ e $AE = x - 1$

$$\frac{(9 + 6) \cdot (x + 1)}{2} = \frac{6x}{2} + 30$$

$$15x + 15 = 6x + 60$$

$$9x = 45 \rightarrow x = 5$$

$$A_{AEGCD} = 9 \cdot ((5 - 1) + 5 + (5 + 1)) - \frac{5 \cdot 6}{2} - \frac{(9 + 6) \cdot (5 + 1)}{2} = 135 - 15 - 45 = 75$$

Portanto, a Banca Examinadora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 16 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Questão 16

Um print de tela é necessariamente uma imagem. Portanto, ao salvar esse print de tela, o Windows grava na respectiva biblioteca de imagens.

Portanto, a Banca Examinadora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 21 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Os candidatos se insurgem contra a resposta do gabarito oficial, alegando equívoco na resposta correta.

Todavia, sem razão.

A resposta correta da questão, atribuída pelo gabarito, está em perfeita harmonia com a legislação pertinente, que corrobora o que foi dito na alternativa apontada como correta pelo gabarito. Nesse sentido importa trazer à baila os seguintes dispositivos normativos da Lei Orgânica Municipal:

‘Art. 204. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 205. A aquisição de veículos de passeio, devidamente justificada, dependerá de prévia autorização legislativa.”

De outro lado, os candidatos argumentam que estaria correta a seguinte alternativa:

“ambas aquisições devem ser efetivadas por compra, vedada permuta, e dependem de prévia avaliação e autorização legislativa, mas a aquisição do automóvel dependerá de justificativa específica.”

Porém, diferentemente do que argumentam os candidatos, a alternativa por eles defendida não está correta.

Isso porque, ao contrário do que afirma a referida alternativa, a aquisição de bem imóvel pode ser efetivada por meio de permuta e aquisição de veículos de passeio não dependem de prévia avaliação.

Do mesmo modo, também não pode ser considerada correta a seguinte alternativa:

“a aquisição do imóvel dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, podendo ser efetivada por compra ou permuta, enquanto a compra do automóvel dispensa avaliação e a autorização legislativa.”

O equívoco dessa alternativa diz respeito à afirmação de que a compra do automóvel dispensa autorização legislativa, uma vez que a referida Lei Municipal a exige.

Portanto, a banca examinadora manifesta-se pelo indeferimento do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 22 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Os candidatos se insurgem contra a resposta do gabarito oficial, alegando equívoco na resposta correta.

Todavia, sem razão.

A resposta correta da questão, atribuída pelo gabarito, está em perfeita harmonia com a legislação pertinente, que corrobora o que foi dito na alternativa apontada como correta pelo gabarito. Nesse sentido importa trazer à baila o seguinte dispositivo da Lei Orgânica Municipal:

“Art. 196. A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente.”

Como se vê, a redação da alternativa correta do gabarito oficial reproduziu exatamente o teor da norma acima, nada havendo que possa macular a sua resposta correta.”

Diferentemente do que alegam os candidatos, a permissão do serviço público não exige autorização legislativa. Ela é viabilizada por meio do decreto do Poder Executivo, conforme demonstrado pelo referido dispositivo da Lei Orgânica.

As demais alternativas estão incorretas por trazerem afirmações que não se coadunam com a doutrina e a legislação que tratam da matéria.

Portanto, a banca examinadora manifesta-se pelo indeferimento do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 24 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Questão 24

O candidato se insurge contra a resposta do gabarito oficial, alegando equívoco na resposta correta.

Todavia, sem razão.

A resposta correta da questão, atribuída pelo gabarito, está em perfeita harmonia com a legislação pertinente, que corrobora o que foi dito na alternativa apontada como correta pelo gabarito. Nesse sentido importa trazer à baila o seguinte dispositivo normativo, com base no artigo 3º do Regimento Interno da Câmara Municipal:

"§ 5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares."

Como se vê, a redação da alternativa correta do gabarito oficial reproduziu exatamente o teor da norma acima, nada havendo que possa macular a sua resposta correta.

As demais alternativas estão incorretas por trazerem afirmações que não se coadunam com a doutrina e a legislação que tratam da matéria.

Assim, o presente recurso deve ser indeferido.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 27 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Para adquirir gêneros alimentícios para a merenda escolar, a secretaria da educação de um município, após procedimento licitatório, celebrou contrato com vistas a garantir continuidade no abastecimento e conformidade quanto à qualidade e quantidade. Essa espécie de contrato administrativo é denominada contrato de fornecimento, conforme a Lei nº 14.133/21, artigo 6º, inciso XV: “serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”.

Nessa mesma linha, o contrato de fornecimento é o contrato administrativo em que a Administração Pública adquire, por exemplo, gêneros alimentícios para escolas da rede pública, de forma que possa ser integral, parcelado ou contínuo.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 29 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Como regra, a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia dos contratos administrativos e de seus aditamentos regidos pela Lei de Licitações e Contratos. Contada a partir da assinatura do contrato, para licitações e contratações diretas, essa divulgação tem como prazo máximo legal, respectivamente, 20 dias e 10 dias, de acordo com a Lei nº 14.133/21, artigo 94, incisos I e II:

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 30 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Determinada Câmara Municipal celebrou um contrato administrativo de manutenção predial (exemplo de serviço contínuo). Observados outros requisitos legais, para contratos desse tipo, o prazo máximo inicial e o prazo máximo com as prorrogações correspondem, respectivamente, a 5 anos e 10 anos, conforme Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 33 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Na hipótese de um órgão público necessitar locar um imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, há expressa previsão legal de contratação por inexigibilidade de licitação, conforme traz a Lei nº 14.133/2021, artigo 74, inciso V:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 40 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Na definição legal, presente tanto na Lei das Concessões e Permissões como na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, concessão de serviço público compreende a realização de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, conforme a Lei das Concessões (Lei nº 8.987/1995), artigo 2º, inciso II:

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; (Redação dada pela Lei nº 14.133, de 2021)

Já a alternativa que traz como redação “a concessão à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho” está incorreta, pois concessão de serviço público compreende pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 42 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

Para estabelecer parcerias com a Administração Pública, as organizações sociais (OSs), diferentemente das Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips) que dependem de ato vinculado, são qualificadas por ato administrativo discricionário do poder público, conforme entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o assunto..

A alternativa que traz como redação "devem possuir em sua constituição conselho fiscal" está incorreta, pois as OSs têm a obrigação de constituição de conselho de administração. De acordo com a Lei das OSs (Lei nº 9.637/1998), lê-se o seguinte:

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei.

Já de acordo com a Lei das Oscips (Lei nº 9.790/1999), lê-se o seguinte:

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 47 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

A permissão, uma das formas de a Administração Pública - seja ela federal, estadual ou municipal - delegar a prestação de serviços público, pode ser concedida à pessoa física. De acordo com a Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/1995), lê-se o seguinte:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.

004 - Prova Objetiva

Concurso - Assistente de Licitações, Compras e Contratos

Questão: 50 **Versão:** 1

Justificativa:

Parecer disponibilizado na página seguinte.

De acordo:

RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ
Superintendente Acadêmico
01/06/2026

004 - Prova Objetiva

O Acordo de Não Persecução Civil (ANPC) busca impedir o início de uma ação civil pública ou encerrar um processo já em curso por ato de improbidade administrativa - desde que sejam aceitas algumas condições e haja aplicação de sanções aos agentes responsáveis pela prática dos supostos atos de improbidade administrativa - como forma de tornar mais célebre e efetiva a reparação do dano eventual causado à Administração Pública. A celebração do ANPC, instrumento de resolução consensual de conflitos, cabe ao Ministério Público (MP).

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), lê-se o seguinte:

Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I - o integral ressarcimento do dano;

II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Portanto, a banca elaboradora manifesta-se pelo **indeferimento** do recurso.